

## ESPECTROS DA LUTA DE LIBERTAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU

Catarina Laranjeiro<sup>1</sup>

**Resumo:** A minha proposta é analisar como o cinema produzido sobre a Guerra de Libertação na Guiné-Bissau foi crucialmente legitimador de uma ideia de Estado-nação e, ao mesmo tempo, gerador de silêncios e ausências de elementos que, tendo sido constitutivos da resistência simbólica e militar, escapam aos quadros de sentido hegemónicos da modernidade.

**Palavras-Chave:** Cinema; Guiné-Bissau; fantasmas; animismo.

**Contacto:** catarina.laranjeiro@gmail.com

Esta investigação pretende fazer uma abordagem teórica sobre os usos e apropriações dos filmes produzidos no decorrer da luta de libertação na Guiné-Bissau. O seu propósito é analisar como a partir das imagens produzidas foi construída uma representação da luta de libertação que funda a reinvenção de um Estado-nação moderno. Salienta-se que se toma as imagens numa dimensão performativa, na linha de Walter Benjamin, segundo o qual a imagem também nos olha e conseqüentemente nos implica, conduzindo-nos a uma poderosa pergunta: o que haverá na imagem para lá daquilo que pode ser visto? (Didi-Huberman 2011)

No decorrer da luta anticolonial e à semelhança de outras lutas, o cinema foi um instrumento privilegiado de denúncia e um guião político fundamental na procura de arenas para a emancipação do povo guineense. Neste contexto, diferentes estadistas compreenderam que o cinema constituía uma ferramenta poderosa na construção da memória identitária das nações que lutavam pela sua autonomia, tendo-se tornado num componente essencial nas lutas de libertação que marcaram o fim do colonialismo (Cunha 2013:33). Este encontro começou no momento da descolonização e continuou no pós-independência, quando muitos dos novos Estados africanos tomaram o cinema como uma forma de expressão política da sua soberania no plano simbólico. Assim, o cinema era considerado um importante meio revolucionário, razão pela qual quatro jovens guineenses foram enviados para estudar cinema em

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Pós-colonialismo e Cidadania Global, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Laranjeiro, Catarina. 2016. "Espectros da Luta de Libertação na Guiné-Bissau". In *Atas do V Encontro Anual da AIM*, editado por Sofia Sampaio, Filipe Reis e Gonçalo Mota, 173-179. Lisboa: AIM. ISBN 978-989-98215-4-5.

Cuba.

Eu costumo dizer que o cinema feito por nós, guineenses, começou quando nós começámos a filmar. Quando nós chegámos de Cuba, nós: a Josefina Crato, o José Bolama, o Flora e eu. Nós chegamos a Conacri a 7 de Janeiro de 1972. Havia guerra. Nós tínhamos saído da guerra, ido a Cuba e voltámos para a guerra. (Entrevista da autora a Sana N'Hada, Berlim, Junho de 2015)

Considerava-se que o recurso às armas era apenas um momento circunstancial e que o mais importante era o desenvolvimento integral do país, com o argumento de que não eram militares mas sim camponeses militantes armados. Desta forma e a partir de 1969, quando o controlo militar estava assegurado em grande parte do território, o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde)<sup>1</sup> concentrou grande parte dos seus esforços na criação de uma nova ordem social, razão pela qual Cabral defendia que as características fundamentais para a libertação eram:

Prática da democracia, da crítica e da autocrítica; a responsabilidade crescente das populações pela administração das suas próprias vidas; a criação de escolas e de serviços de saúde; a formação de quadros originários das classes camponesa e trabalhadora. (Cabral 1974, 23)

Para tal, em todas as aldeias da Guiné libertada, eram organizadas eleições das comissões do partido que se chamavam “comissões de tabanca” (CT)<sup>2</sup> e que constituíam o centro nevrálgico político e administrativo de cada tabanca (Davidson 1975, 11). Cada comissão incluía cinco membros eleitos pelos próprios moradores, sendo que dois tinham de ser mulheres. De acordo com o regulamento do PAIGC, cada um dos cinco membros tinha funções muito claramente definidas na tabanca: o presidente era o responsável pelo funcionamento geral do CT pela gestão da produção agrícola; o vice-presidente tinha responsabilidades mais específicas relativas à segurança e à defesa local; o terceiro membro era responsável pela saúde, educação e outros serviços sociais; o quarto era responsável pelo armamento e pelo alojamento dos

---

<sup>2</sup> Em crioulo guineense, *tabanca* significa aldeia.

guerrilheiros nas tabancas; finalmente, o quinto membro era responsável pelos registos e pela contabilidade (Chabal 2002, 6).

Neste contexto, diferentes jornalistas e cineastas estrangeiros decidiram engajar-se na luta de libertação da Guiné-Bissau através da produção de imagens capazes fornecer evidências para a legitimação da luta armada no campo diplomático.

Well, I think the function of the films made in Guinea-Bissau, documenting the social or the state activities, all this that was created by – in the liberated areas, the schools, the hospitals, the whole organization [unclear] and everything, everything like that is what was necessary to document and to show, because in the beginning, of course, very many critical voices said that this is just fake, that they [the guerrillas] they were just terrorists. (Entrevista da autora a Lenarm Malmer, Berlim, Junho de 2015)

Um dos filmes mais importantes que foi produzido neste contexto foi *The Birth of a Nation* (1973) por Lenarm Malmer e Ingela Romero que, entre outros, documenta a proclamação do Estado na Guiné-Bissau a 24 de Setembro de 1973. Esta cerimónia tratou de dotar o território controlado de um órgão de soberania, tal como 9 meses antes Cabral havia declarado no discurso de Ano Novo.

Logo que seja possível vai-se reunir a Assembleia Popular na Guiné, para que esta cumpra a primeira missão histórica que lhe compete: a proclamação da existência do nosso Estado, a criação de um executivo para esse Estado e prorrogação de uma lei fundamental: a primeira constituição que será a base da existência da nossa nação africana. (Cabral 2008, 149)

Apesar de estarmos em pleno mato, estão presentes todos os elementos que garantem a construção de um Estado-nação: a bandeira, o hino, os pioneiros, os discursos políticos dos principais dirigentes, os representantes internacionais e o povo. O povo, no contexto da luta anticolonial, emergiu como colectivo que resistia e lutava contra um inimigo comum – o colonizador – o que estimulou a emergência de uma consciência nacional. Em contraposição ao povo, está presente a elite, que foi formada na sua maioria

pela necessidade do colonialismo criar quadros africanos para melhorar a eficácia da atividade exploradora. De especial importância são ainda os militares, o que contraria a retórica política de Cabral que defendia que os combatentes não eram militares, mas sim “militantes armados”, considerando que o recurso às armas era apenas um momento circunstancial e que o mais importante era o desenvolvimento integral do país. Integram o filme quatro entrevistas de personalidades importantes da luta de libertação nacional: Amílcar Cabral, líder carismático do PAIGC, que foi assassinado a 24 de Janeiro de 1973; Luís Cabral, meio irmão de Amílcar Cabral, nomeado o primeiro Presidente da Guiné-Bissau; Aristides Pereira, que viria a ser o primeiro Presidente de Cabo-Verde e Nino Vieira, que seria o primeiro Presidente da Assembleia Nacional Popular e que em 1980 levou a cabo o primeiro de muitos dos golpes de Estado na Guiné-Bissau, em consequência do qual Luís Cabral foi deposto e posteriormente exilado. Pode-se assim compreender qual a importância do discurso fílmico para propagar à comunidade internacional e ao povo quem seriam os líderes políticos numa Guiné-Bissau pós-independência.

No filme é também registada uma escola onde vemos crianças a aprenderem a ler em português através livros editados pelo PAIGC, um hospital de campanha, onde médicos cubanos realizam uma cirurgia a céu aberto, e uma reunião com a população local liderada pelo comandante militar daquela frente. Estas imagens para além de testemunharem a guerra, pretendiam atestar que estavam a ser construídos nessas áreas instrumentos de Estado, ao nível da educação, da saúde, da economia, da justiça e da administração (Almada 2011, 123). Estas imagens legitimavam as reivindicações do PAIGC, veiculando a mensagem de que tinha conquistado parte do território, que estava a criar uma sociedade civil nas áreas libertadas e que desenvolvia uma ação militar eficaz contra Portugal.

Contudo, o cinema ao tornar visível uma narrativa histórica que toma a luta de libertação como mito fundador de um Estado-nação, naturalmente silenciou outras. Homi Bhabha (1990) sugere que qualquer projeto nacional implica a construção de uma memória política colectiva geradora de

silenciamentos e da marginalização de sujeitos políticos. Por esse motivo, a nação legitima-se através de uma politização do passado que naturalmente encerra inúmeras ambiguidades. Desta forma, a produção de silêncios e ausências nestas narrativas deve ser analisado na sua relação com o Estado e a política das comunidades imaginadas de Benedict Anderson (2005). Através desta análise é possível compreender como é que o “imaginário nacional” idealizado pelo PAIGC se transformou ainda durante a luta armada num projeto ideológico e proposta de ação, cuja visão política procurava legitimar a opção escolhida pela liderança do movimento. Foi assim imposto um projeto que pretendia alcançar a mesma identidade nacional entre dois países, Guiné-Bissau e Cabo-Verde, com histórias muito distintas, sendo que no caso particular da Guiné-Bissau existem ainda inúmeras diferenças entre os 27 grupos étnicos que compõe o território. E como base para um projeto de Estado-nação, este projeto desafia radicalmente o reconhecimento e a integração do pluralismo de posições e a diversidade sociocultural, princípio básico para ampliar a participação democrática (Meneses 2015, 10). Importa salientar que as formas de governação adotadas que tomavam por referência o modelo europeu de Estado-nação, consideravam as manifestações identitárias como “tribalismos” que deveriam ser reprimidos uma vez que não se enquadravam nos dispositivos ideológicos da modernidade. Assumir este facto, implica partir de perspectivas que questionem os legados coloniais, reconhecendo que o colonialismo não marcou unicamente as subjetividades e as relações sociais, culturais e políticas, mas também o modo eurocêntrico de pensar essas mesmas subjetividades e relações.

Nos últimos anos, com especial destaque os anos de 2013 e 2014, que coincidem com a comemoração dos 40 anos da independência nacional, foram vários os projetos mediáticos, artísticos e académicos que contribuíram para o debate público sobre a centralidade da luta armada na construção da nação guineense. Torna-se imperativo questionar a crescente centralidade desta narrativa que coloca todas as outras à margem e pensar que agentes foram afastados para a periferia da história. Enzo Traverso distingue entre “memórias fortes” e “memórias fracas”, sendo as primeiras as memórias celebradas e

validadas pelo Estado e as segundas as memórias subalternas e sem visibilidade no espaço público. Neste contexto, agentes políticos que foram silenciados habitam as memórias subalternas (2012, 71-87).

Por definição, os fantasmas são os vencidos da História, isto é, aqueles cuja história não pode ser contada, mas que ao mesmo tempo, contêm em si um potencial que foi tragicamente interrompido e que permanece latente (Labanyi 2003, 61). No contexto ocidental, o fantasma funciona como uma metáfora poderosa servindo para explicar ou revelar as entidades cuja presença é espectral ou diluída. Contudo, na Guiné-Bissau, quando falamos do fantasmático, falamos de um campo que molda efetivamente o quotidiano. Este facto é muito evidente quando se fala sobre a luta de libertação. No decorrer da minha pesquisa de mestrado sobre os usos políticos da memória da luta de libertação na Guiné-Bissau, compreendi que as intervenções de entidades sócio-espirituais no decorrer da luta de libertação correspondiam a uma cosmovisão partilhada, cuja hegemonia se estendia quer aos antigos combatentes, quer à população em geral. Trajano Filho reporta que durante a sua pesquisa de campo na Guiné-Bissau, ouviu inúmeras histórias sobre os poderes mágicos de determinados combatentes. Um dos poderes mais vezes referido é a capacidade de se tornarem invisíveis em situações de contacto armado com as forças portuguesas. Refere ainda, que a alguns combatentes, as balas do inimigo disparadas não os alcançavam ou não perfuravam os seus corpos (1994, 1-5). Segundo o mesmo autor, estas proteções eram obtidas através de cerimónias com *irãs*<sup>3</sup>, sendo os poderes postos em ação em situações de combate. No decorrer da luta, as dimensões sócio-espirituais influenciavam a capacidade de combate das tropas. Consultando os espíritos ancestrais a cada passo, esperando a sua concordância da qual dependia o sucesso das suas iniciativas, os combatentes guiavam-se não apenas pela vontade dos seus dirigentes militares, mas também pelo aval dos *irãs* que lhes garantiam

---

<sup>3</sup> Na Guiné-Bissau, as cerca de 27 etnias existentes, aderem ao que é formalmente chamado de animismo. Acreditam num Deus criador e omnipresente, cuja clemência e proteção pode ser solicitada através do *irã*; este refere-se a uma força ou ser espiritual que simboliza o espírito ancestral do fundador da linhagem, sendo consultado sempre que a linhagem estiver em perigo (ver Jong 1988), como seja em contexto de guerra.

proteção:

Contracts between combatants and the *iran* during the liberation war were considered vital in making soldiers invisible, invincible and famous in each battle that they fought. Some of these contracts, however, had to be regularly renewed during a whole lifetime; thus connecting shrine supplicants and landlords. (Temudo, 2008: 257)

Torna-se fundamental considerar que muitos dos membros da resistência acreditavam que os seus antepassados tinham uma parte ativa na sua luta. Assim, a presença e autoridade dos antepassados garantia legitimidade à resistência armada e à violenta insurreição que contra as autoridades coloniais se levantava. No contexto dos povos colonizados há registos da existência de rituais que têm como intuito reparar questões de ordem social; isto é, são formas que grupos ou sociedades encontraram de expressar o contexto em que se inserem, o que pensam ou sentem sobre ele. Torna-se revelante o conceito de “teatro de memória”, tal como operacionalizado por Raphael Samuel (2012) que, à semelhança de Diana Taylor (2013), advoga que a história não é produzida por especialistas, mas antes por um conjunto de práticas e conhecimentos construídos por milhares de mãos anónimas nas quais aquela é imbuída numa relação entre o passado e o presente. Nesse sentido, a memória não é só transmitida de geração em geração, mas é incorporada e remodelada por cada pessoa e comunidade. Deste modo, fenómenos de possessão, rituais mágico-religiosos e outras dimensões sócio-espirituais da vida quotidiana são formas poderosas e invisíveis de transmissão de memória. Consequentemente, tomar em consideração as dimensões sócio-espirituais e a sua pertinência na transmissão de uma memória coletiva equivale a debruçarmo-nos sobre as omissões a que muitos grupos subalternos foram sujeitos nas narrativas quer coloniais quer da modernidade. Considerando que na Guiné-Bissau a pertença política e as dimensões sócio-espirituais estão intrinsecamente conectadas e não podem ser tomados como dois campos separados de ação, proponho que estas são formas de transmissão de memória capazes de originar outras formas de identidade e pertença. Julgo que a análise quer da produção de filmes, quer

das dimensões sócio-espirituais, permitir-me-á identificar diferentes imaginários pelo qual o território guineense foi pensado, fornecendo pistas fundamentais para se pensar a história política e social da Guiné-Bissau.

#### **BIBLIOGRAFIA**

- Almada, Aurora. 2011. “A Imagem na Estratégia Diplomática dos Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas”. In *DOC LISBOA 2011 Catálogo*, 122-124. Lisboa: Apordoc.
- Anderson, Benedict. 2005. *Comunidades Imaginadas*. Lisboa: Edições 70.
- Bhabha, Homi. 1990. *Nation and Narration*. London: Routledge.
- Cabral, Amílcar. 1974. *Guiné-Bissau: a nação africana forjada na luta*. Lisboa: Nova Aurora.
- Cabral, Amílcar. 2008. *Amílcar Cabral. Documentário*. Lisboa: Cotovia
- Chabal, Patrick. 2002. *Amílcar Cabral: Revolutionary leadership and people's war*. London: Hurst & Company.
- Cunha, Paulo. 2013. “Guiné-Bissau: As imagens coloniais”. In *Os cinemas dos países lusófonos*, editado por Jorge Luiz Cruz e Leandro Mendonça. Rio de Janeiro: Edições LCV.
- Davidson, Basil. 1975. *A Libertação da Guiné. Aspectos de uma Revolução Africana*. Lisboa: Sá da Costa.
- Didi-Huberman, Georges. 2011. *O que nós vemos, o que nos olha*. Traduzido por Golgona Anghel e Pedro Cachopo. Porto: Dafne Editora.
- Labanyi, Jo. 2003. “O Reconhecimento dos Fantasmas do Passado: História, Ética e Representação.” In *Fantasmas e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo*, organizado por Margarida Calafate Ribeiro e Ana Paula Ferreira, 59-68. Porto: Campo das Letras.
- Meneses, Maria Paula. 2015. “Xiconhoca, o inimigo: Narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 106, 9-52.
- Samuel, Raphael. 2012. *Theatres of Memory. Past and Present in Contemporary Culture*. London, Brooklyn: Verso.
- Taylor, Diana. 2003. *The Archive and the Repertoire. Performing Cultural Memory in the Americas*. Durham: Duke University Press.
- Temudo, Marina. 2008. “From ‘People's Struggle’ to ‘This War of Today’: Entanglements of Peace and Conflict in Guinea-Bissau”, *Africa: The Journal of the International African Institute* 78 (2), 245-263.
- Trajano Filho, Wilson. 1994. *O Poder da Invisibilidade*. Série Antropologia 160. Brasília.
- Traverso, Enzo. 2012. *O passado, modos de usar*. Lisboa: Unipop.